



O DISCURSO JORNALÍSTICO E OS EFEITOS DE SENTIDO SOBRE A LÍNGUA PORTUGUESA

Camila Stasiak¹

INTRODUÇÃO

Este trabalho integra o projeto de pesquisa “Imprensa e Estado: efeitos da história e da memória na língua do/no Brasil”, desenvolvido junto à Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Cerro Largo*, e orientado pela professora Doutora Caroline Mallmann Schneiders. É uma pesquisa motivada pela empolgação em investigar os sentidos ideologicamente produzidos sobre a língua através do contexto jornalístico e, para tanto, mobilizamos um jornal local, intitulado “O Cêrro Largo”, como objeto de análise.

A Língua Nacional brasileira, constituída como elemento regulador da homogeneidade linguística, é composta por uma memória discursiva vinculada ao modo como a língua portuguesa historicizou-se no Brasil, pois relaciona-se com outras condições de produção e línguas aqui presentes. Esse acontecimento será base para compreender os efeitos de sentido da língua nacional materializados no objeto de análise deste trabalho.

Dessa maneira, nossa pesquisa está ancorada nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso de linha pêcheuxtiana (AD), articulando-a com a História das Ideias Linguísticas. O dispositivo teórico e metodológico tem um enfoque voltado para a determinação histórica e ideológica do processo discursivo em análise, mobilizando noções de língua, discurso, ideologia, história memória discursiva, dentre outros.

Tendo em vista o dispositivo analítico em estudo, o nosso objetivo edifica-se em lançar gestos interpretativos aos efeitos de sentido produzidos a respeito da língua do/no Brasil no período de 1950 e 1970. Desse modo, mobilizamos recortes da seção “Hora pedagógica”, do jornal “O Cêrro largo”, que circulou no município de Cerro Largo, situado nas Missões do Rio Grande do Sul.

O estudo faz-se importante na medida em que busca desenhar um panorama da língua portuguesa como símbolo nacional, e, ainda, investigar como o jornal em questão constitui-se como um instrumento linguístico, fazendo circular um determinado saber sobre a língua, ou então, um saber metalinguístico.

A LÍNGUA NACIONAL E A PERSPECTIVA DE UM IMAGINÁRIO LINGUÍSTICO

É inevitável considerar, para essa reflexão, o fato de que Portugal, durante o processo colonizador, traz para o Brasil a Língua Portuguesa com sua cultura já construída, colocando em contexto uma língua

¹ Acadêmica de Letras Português e Espanhol, Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus Cerro Largo*, contato: camila.stasiak1@hotmail.com

autônoma, já afirmada em dicionários e gramáticas, ou seja, a Língua Portuguesa obtinha uma regulamentação através destes materiais que reforçavam a pertinência desta língua.

Consequentemente, falar em língua nacional, é refletir sobre a herança cultural que se materializa na língua. Nesse sentido, relaciona-se essa língua a um Estado constituído, que, no caso do Brasil, era a nação portuguesa, como é possível observar nas palavras de Orlandi (2009, p. 13),

Podemos pensar a língua nacional como sendo este imaginário de língua que se reveste de uma unidade que cobre assim um território correspondendo a um Estado-Nação, Noção esta dominante nos tempos modernos. E é com a língua nacional que o Estado se apresenta com sua soberania frente a outros Estados.

Assim, é possível identificar que a língua é fator constituinte do Estado juntamente com os instrumentos linguísticos que a legitimam. Do mesmo modo, enquanto um imaginário que se estabelece, a Língua Portuguesa como oficial faz circular a ilusão de homogeneidade linguística e, conseqüentemente, as demais variedades faladas são desconsideradas, sendo essas trazidas pelos imigrantes e pelos povos indígenas que viviam no local, ou até mesmo, traços de regionalismos e variações linguísticas. Segundo Lima, esses processos “revelam a preocupação de homens da política e das letras com a identidade e a unidade linguística do país recém-autônomo.” (LIMA, 2008, p. 216). Entende-se que a busca pela identidade e total homogeneidade linguística deve ser preservada, e para isso, as demais línguas e variantes, desconsideradas. Nesse viés, a língua desempenha seu papel regulador enquanto relacionada a um Estado e uma nação constituída vinculados aos instrumentos linguísticos, dessa forma os sujeitos se identificam e se sentem pertencentes.

Na perspectiva de Guimarães, explicita-se a dimensão da Língua Portuguesa como língua nacional, e percebe-se, assim, a importância que é oficialmente imposta. Além disso, Guimarães (2005, p. 25) destaca a materialidade da língua portuguesa em meio há diversas outras línguas em encontro

Enquanto língua nacional, o português é significado como a língua materna de todos os brasileiros, mesmo que um bom número de brasileiros tenham como língua materna outras línguas, ou indígenas ou de imigrantes.

A partir desses princípios, se faz pertinente, para nossa reflexão, dispor da distinção de duas concepções de língua, definidas por Orlandi, a língua imaginária e a língua fluida: “A *língua imaginária* é aquela que os analistas fixam com suas sistematizações e a *língua fluida* é aquela que não se deixa imobilizar nas redes dos sistemas e das fórmulas” (ORLANDI, 2008, p. 86). Partindo de tais concepções, identifica-se, como língua imaginária, aquela idealizada por normas e coerções; no caso em análise, tomamos a língua oficial e nacional como língua imaginária. Já a língua fluida, distancia-se de regulações, está, e é, modificada constantemente e pode ser pensada como a língua do imigrante alemão.

Nesse sentido, a imposição da língua do colonizador português visa manter o imaginário que ocorre a partir da colonização linguística, buscando a ilusória homogeneidade da língua. A língua portuguesa, ao legitimar-se frente às demais línguas vindas dos imigrantes e povos indígenas, acaba por desassociá-las do contexto linguístico da época e vir a se constituir como língua outra.

A MATERIALIDADE EM ANÁLISE

A seção “Hora Pedagógica”, que constitui nosso objeto analítico, é caracterizada pela discussão de dicas gramaticais criadas por professores, as quais buscam, através de planos de aula, propor correções a determinadas “irregularidades” de escrita que são cometidas pelos alunos em sala de aula. É imprescindível considerar que o Jornal “O Cêrro Largo”, o qual faz circular estes saberes sobre a língua, é um jornal local situado em um contexto de imigração predominantemente alemã, também existem outras línguas em contexto, no entanto, há a pertinência da imposição da Língua Portuguesa, tida como oficial, e a norma padrão.

Desse modo, com a finalidade de compreender os sentidos em torno da língua que a seção fez circular, realizamos recortes discursivos (RDs), os quais compõem o *corpus* de análise. Os RDs têm como critério de seleção nossa questão de pesquisa, a saber: a representação de língua a ser ensinada e em circulação no objeto de análise. Serão apresentados dois destes recortes, conforme seguem destacados alguns trechos para análise:

RD1: Com o presente número iniciaremos a publicação da Hora Pedagógica. Trata-se de um trabalho dos esforçados professores da Escola Rural da Linha São Salvador. Sendo um trabalho de real interesse não só para a numerosa classe dos professores primários do nosso Município, como também à todos que tem filhos a educar, não temos dúvida em recomendá-lo à todos de modo especial ao nobre Professorado do nosso Município. A Direção. [...] **será desenvolvido com desvelo êste extenso e complicado assunto: escrita e pronuncia exata das consoantes: (b,p-d-t e j-ch)** (1958, número 53, negritos nossos).

RD2: Objetivos: Geral: Gramática (ortografia). Especial: **Estudo sobre o emprego correto das consoantes: (b-p-d-t-j-ch)**. Desenvolvimento: **sendo o principal objetivo do ensino de gramática na escola primaria verificar os erros de linguagem cometidos frequentemente em palavras mais usadas na localidade em que se encontra a escola, é necessário que todos os assuntos dessa matéria a serem cultivados sejam os que permitem a correção desses erros.** [...] As principais causas dos erros de ortografia são as faltas de atenção, **a imperfeição da audição** como também a da visão e outra causa consistente nas associações falsas. (1958, número 55, negritos nossos).

A primeira publicação da seção “Hora pedagógica” ocorreu no dia 13 de julho de 1958, número 53. Na ocasião, há a contextualização sobre o que constituirá o material a seguir, assim como também é apresentado o contexto de produção, realizado por professores da escola rural da Linha São Salvador. O assunto em questão é o estudo administrativo e pedagógico desta coluna, também, antecipa-se o assunto que será tratado na próxima publicação.

Observa-se que esta publicação foi pioneira, e, para tanto, torna indubitável o objetivo de tal coluna: corrigir erros gramaticais. Desse modo, identifica-se, que há a circulação de um discurso que visa manter a homogeneidade linguística, fato que impõe barreiras na circulação de outras línguas e suas variedades. Neste caso, concomitante à questão oportuna que o período dos anos 1950 impunha, ao considerar-se o jornal como um aparelho ideológico, funcionando pela ideologia dominante do Estado, observa-se que esse vem a somar nas maneiras de se obter o controle da língua que circulava na sociedade, considera-se, desse modo, as palavras de Guimarães (2004, p.30) :

Uma atividade muito comum na história do controle sobre a língua no Brasil são as colunas de “especialistas” na imprensa. Nesta época encontramos a produção de Cândido de Figueiredo, filólogo português, que mantinha uma coluna intitulada “o que se não deve dizer” no Jornal do Comércio.

Compreende-se, pois, que os jornais da época tratavam de fazer circular saberes sobre a língua, que, como aponta Guimarães, era um modo de controlar a língua falada. Nesta perspectiva, consideramos o jornal como um aparelho ideológico do estado (AIE), sendo que, em conformidade com as palavras de Althusser (1985), “Os Aparelhos Ideológicos do Estado funcionam de um modo massivamente prevalente pela ideologia embora funcionando secundamente pela repressão” (ALTHUSSER, 1985, p. 47), pois coloca em funcionamento a ideologia dominante, que, neste caso, é a língua oficial e nacional, silenciando as línguas de imigração.

A questão exposta nesta seção, refere-se principalmente “a escrita e pronuncia exata das consoantes (b – p – d – t - j – ch)”. Observa-se que há uma preocupação em demarcar exatamente os pontos de erros e busca-se uma pronuncia *exata* de tais consoantes. Esse fato instiga alguns dos questionamentos desenvolvidos na análise, tais como: Por que de se criar uma seção metalinguística no jornal no referido ano? Quais são os impactos de tal publicação? Quais efeitos estão inscritos em tais discursos? Percebe-se que há a necessidade em fazer circular esses saberes como maneira de sustentar uma língua imaginária e correta e conseqüentemente, apagar quaisquer sentidos produzidos pela língua do imigrante alemão.

No RD2, lançamos atenção a esta certa preocupação que os professores tinham com o emprego correto das referidas consoantes: (b – p – d – t - j – ch) que também irão ser retomadas em outras publicações da “Hora Pedagógica”. Consideramos que os efeitos de sentido produzidos a partir desta publicação, remetem a pensarmos a região de Cerro Largo, a qual fora demarcada principalmente por processos migratórios alemães, neste sentido, há as influências da imposição linguística que ressoam nas línguas de imigração. O período de 1958 ressoa um cenário de imposição linguística que as línguas de imigração tiveram; o Estado, a partir de políticas linguísticas, silenciou as línguas não oficiais fazendo germinar um nacionalismo que circulava a favor da homogeneidade e circulação exclusiva da Língua Portuguesa.

Nesse sentido, ao analisarmos a representação de língua a ser ensinada e em circulação em um contexto marcado pela imigração alemã, observamos que o povo alemão possuía dificuldades em diferenciar e pronunciar tais consoantes listadas, fato que é explicado por Schneider (2007) como uma interferência fônica. Desse modo, essas consoantes estão diretamente ligadas ao fato de ser uma questão relevante que se coloca como característica da fala alemã, e que exposto em nosso recorte como justificativa a possibilidade de ocorrência destes erros a “uma imperfeição da audição” a qual relacionamos com esta característica da fala alemã.

Portanto, entendemos que esta seção está vinculada a uma das diversas tentativas de silenciamento e apagamento das marcas da língua do outro. Sustenta, assim, um imaginário linguístico de homogeneidade em um contexto em que se desconsidera a língua fluida em movimento.

CONCLUSÕES

Observamos que, apesar de já haver gramáticas da Língua Portuguesa à época, há o interesse em popularizar esse saber gramatical a partir do jornal, que era uma maneira acessível de tornar o conhecimento amplo e atingir diversas camadas da população, tendo em vista o contexto de produção do referido jornal.

Compreendemos que o jornal o “Cêrro Largo”, ao fazer circular a seção da “Hora Pedagógica”, coloca em funcionamento um saber gramatical sobre a língua em um espaço bastante popular, que é o jornal. Nesse sentido, determinado pelo contexto sócio-histórico da época e funcionando pela ideologia, serve como um aparato regulador de sustentação da língua imaginária, que, nesse caso, é a língua nacional, e que, conseqüentemente, desencadeia um apagamento das demais línguas que ali circulavam.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.
- AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução: Eni P. Orlandi. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1992. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/353006/mod_resource/content/1/A%20REVOLU%C3%87%C3%83O%20TECNOL%C3%93GICA%20DA%20GRAMATIZA%C3%87%C3%83O.pdf. Acesso em: 02 dez. 2020.
- GUIMARAES, Eduardo. A língua portuguesa no Brasil. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 57, n. 2, jun. 2005. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252005000200015&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 06 jan. 2021.
- GUIMARAES, Eduardo. **História da Semântica**: Sujeito, sentido e gramática no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- LIMA, Stolze Ivana. Língua nacional, histórias de um velho surrão. *In*: CARMO, Laura do; LIMA, Ivana Stolze (org.). **História Social da Língua Nacional**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008. Disponível em: http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/a-j/FCRB_Historia_social_da_lingua_nacional.pdf. Acesso em: 19 mar. 2021.
- ORLANDI, Eni P. **Terra à vista** – Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo. 2. ed. Campinas SP: Editora da UNICAMP, 2008.
- ORLANDI, Eni P. Língua e nação: uma questão e seu quadro de referência teórico. *In*: **Línguas e instrumentos linguísticos**. Campinas: Capes-Procad - Universidade Estadual de Campinas; Editora RG, 2009. Disponível em: http://www.revistalinguas.com/edicao23_24/revista_linguas_23%20e%2024.pdf#page=11. Acesso em 10 dez. 2020.
- SCHNEIDER, Maria Nilse. **Atitudes e concepções linguísticas e sua relação com as práticas sociais de professores em comunidades bilingues Alemão-Português do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/13098>. Acesso em: 15 jan. 2021